

INTERESSADA : AUTARQUIA MUNICIPAL DO ENSINO SUPERIOR DE GOIANA
ASSUNTO : CREDENCIAMENTO DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E
AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DE CURSO NORMAL
SUPERIOR
RELATORA : CONSELHEIRA LÚCIA MARIA LINS BROWNE RÊGO

PROCESSO Nº 145/2003
PARECER CEE/PE Nº 42/2004-CES

APROVADO PELO PLENÁRIO EM 24/05/2004
Autorizada pela Portaria SEDUC nº 3342 de 18/06/2004,
publicada no DOE em 19/06/2004.

I - RELATÓRIO:

Através do ofício nº 0100/2003 de 03/11/2003, a Autarquia Municipal de Ensino Superior de Goiana solicita o credenciamento do Instituto Superior de Educação de Goiana e concomitantemente a autorização para funcionamento de Curso Normal Superior com Habilitação em Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries e Educação Infantil.

Do Processo sob protocolo nº 145/2003, constam os seguintes documentos:

- Ato de criação e estatuto da mantenedora.
- Certidões negativas de débitos para com a Previdência e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
- Descrição das instalações físicas, incluindo biblioteca, acervos e recursos de informática.
- Indicação dos cursos de licenciatura a serem ofertados pela Instituição.
- Cópia do Regimento do Instituto Superior de Educação de Goiana.
- Currículo Vitae dos dirigentes da instituição mantida e da mantenedora.
- Cópia da ata da reunião que aprovou a solicitação de credenciamento do ISE e autorização de curso normal superior.
- Plano de Carreira, regime de trabalho e remuneração dos docentes.
- Composição e qualificação do corpo docente para os três primeiros semestres do curso.
- Descrição da política de qualificação docente.
- Projeto do Curso com a respectiva Matriz Curricular, ementário e bibliografia, além de planos de estágio e das atividades complementares.
- Parecer da Comissão de Especialistas solicitado pela relatoria.

Não constam do processo, a autorização de credenciamento por ser essa simultânea ao pedido de autorização em apreço e as avaliações dos cursos de graduação, por se tratar de um primeiro pedido de autorização, uma vez que as demais licenciaturas são ofertadas pela Faculdade de Formação de Professores e só serão transferidas para o Instituto posteriormente.

II - ANÁLISE:

Foi dada entrada ao pedido neste Conselho em novembro de 2003, e a comissão de especialistas foi constituída em 16/12/2003 tendo esta se pronunciado após a visita prévia, favorável ao pleito de autorização do curso normal superior e conseqüentemente ao credenciamento do Instituto de Educação Superior de Goiana, apenas recomendando posterior atualização de acervo bibliográfico na área específica do curso.

Após cuidadosa análise da documentação apresentada pela relatoria e com a anuência da Câmara de Ensino Superior, foram encaminhadas exigências de reformulação do regimento do Instituto Superior de Educação de Goiana, para atendimento ao que estabelece a Resolução CNE/CP nº 01/1999 quanto à oferta de cursos em Institutos Superiores de Educação e para a observância do percentual legal de representação docente nos órgãos colegiados nos artigos pertinentes. Além disso, foi solicitada reformulação da matriz curricular no que concernia à parte prática do currículo e à diferenciação das habilitações pretendidas de forma a atender ao que estabelece a Resolução CNE/CP nº 02/2002. Em 20 de abril, o processo retornou a esta relatoria contemplando todas as exigências solicitadas.

Considerando que todo o processo de análise e as exigências dele decorrentes ocorreram sob a vigência da Resolução CEE/PE nº 04/99, o presente parecer está apoiado nos critérios estabelecidos naquela Resolução, embora quando do efetivo envio deste parecer ao plenário já tenha sido publicada uma nova Resolução sobre a matéria (CEE/PE Nº 01/2004 de 12/04/2004) na qual credenciamento e autorização são tratados de forma separada.

O Instituto Superior de Educação de Goiana com sede na cidade de Goiana configura-se como unidade de ensino, pesquisa e extensão para atuar inicialmente na formação de professores de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, oferecendo o Curso Normal Superior.

O perfil profissional para atuar no magistério de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental e na Educação Infantil descrito no projeto pedagógico do curso baseia-se na concepção do professor autônomo e reflexivo, capaz de recriar sua prática pedagógica através do processo de ação-reflexão-ação conforme orientam os referenciais curriculares nacionais de formação do professor. De acordo com a matriz curricular, as disciplinas ofertadas do 1º ao 4º período do curso são comuns às duas habilitações pretendidas, e as disciplinas constantes do 5º e 6º períodos são específicas de cada uma das habilitações. No 5º período do curso, o aluno deverá fazer sua opção em termos de habilitação. O curso tem, portanto, duração de três anos. As Matrizes Curriculares para cada uma das habilitações são as seguintes:

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO NORMAL SUPERIOR

Currículo comum de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e Educação Infantil

1º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. HORÁRIA	TEORIA	PRÁTICA
Fundamentos Filosóficos da Educação	72	54	18
História da Educação	72	54	18
Metodologia do Trabalho Científico	72	54	18
Psicologia da Educação I	72	54	18
Dinâmica de Grupo Aplicado à Educação	72	36	36
Prática de Ensino I	72	18	54
TOTAL	432	270	162

2º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. HORÁRIA	TEORIA	PRÁTICA
Fundamentos Sociológicos da Educação	72	54	18
Didática e a Comunicação Interpessoal	72	54	18
Legislação do Ensino Básico Brasileiro	72	54	18
Princípios de Alfabetização I	72	54	18
Psicologia da Educação II	72	54	18
Prática de Ensino II	72	18	54
TOTAL	432	288	144

3º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. HORÁRIA	TEORIA	PRÁTICA
Tecnologias da Educação	72	54	18
Didática do Processo Ensino-Aprendizagem	72	54	18
Currículos e Programas	72	54	18
Princípios de Alfabetização II	72	54	18
Educação Popular	36	27	09
Planejamento Educacional	72	54	18
Prática de Ensino III	72	18	54
TOTAL	468	315	153

4º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. HORÁRIA	TEORIA	PRÁTICA
Avaliação do processo Ensino-Aprendizagem	72	54	18
Educação Especial	72	54	18
Princípios de Organização e Administração Escolar	72	54	18
Ética e Cidadania na Formação do Educador	72	54	18
Cultura Brasileira	36	27	09
Prática de Ensino IV	72	18	54
Estágio Supervisionado I	144	36	108
TOTAL	540	297	243

Currículo específico para o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries

5º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. HORÁRIA	TEORIA	PRÁTICA
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Matemática I	72	54	18
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Língua Portuguesa I	72	54	18
Fundamentos Teórico-Metodológicos de História	72	54	18
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Geografia	72	54	18
Prática de Ensino V	72	18	54
Estágio Supervisionado II	144	36	108
TOTAL	504	270	234

6º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. HORÁRIA	TEORIA	PRÁTICA
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Matemática II	72	54	18
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Língua Portuguesa II	72	54	18
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Ciências Naturais	72	54	18
Educação de Jovens e Adultos	72	54	18
Prática de Ensino VI	72	18	54
Estágio Supervisionado III	144	36	108
TOTAL	504	270	234

Currículo específico da Educação Infantil

5º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. HORÁRIA	TEORIA	PRÁTICA
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Matemática da Educação Infantil	72	54	18
Jogos e Recreação Infantil	72	36	36
Princípios de Educação Infantil	72	54	18
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Língua Portuguesa da Educação Infantil	72	54	18
Prática de Ensino V	72	18	54
Estágio Supervisionado II	144	36	108
TOTAL	504	252	252

6º PERÍODO

DISCIPLINAS	C. HORÁRIA	TEORIA	PRÁTICA
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Ciências Naturais da Educação Infantil	72	54	18
Literatura Infantil e o Imaginário da Criança	72	54	18
Arte e Educação	72	54	18
Fundamentos Teórico-Metodológicos de Geografia e História da Educação Infantil	72	54	18
Prática de Ensino VI	72	18	54
Estágio Supervisionado III	144	36	108
TOTAL	504	270	234

Para ambas as habilitações, a carga horária encontra-se assim distribuída: 2.016 horas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural, incluindo carga horária de aulas práticas dos conteúdos vivenciados; 432 horas de prática de ensino e 432 horas de estágio, além de 200 horas de atividades complementares, compreendendo atividades, como seminários, palestras, estudos autônomos, monitorias, eventos científicos e culturais, proporcionando ao aluno uma trajetória autônoma e particular, monitorada pelo Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão do Instituto.

O curso oferece um total de 120 vagas por semestre com duas turmas de 60 vagas, para cada habilitação, funcionando nos turnos manhã e tarde. O ingresso no curso é por processo de seleção (concurso vestibular semestral). O corpo docente inicial é constituído de seis mestres e nove especialistas com formação compatível com as disciplinas que irão lecionar, e a coordenadora do curso tem graduação em pedagogia e pós-graduação Lato Sensu em História.

O processo de avaliação do aluno em cada disciplina dar-se-á mediante provas, seminários, pesquisas e relatórios, a critério de cada professor com nota mínima de sete para ser aprovado sem exame final. Só terá acesso ao exame final o aluno com nota mínima quatro. Esse exame deverá envolver todo o conteúdo da disciplina, e a nota mínima para aprovação é cinco. Além de cumprir as disciplinas curriculares e ser aprovado nelas, o aluno deverá apresentar monografia sobre as atividades realizadas no estágio supervisionado. Para ser aprovado, o aluno deve ter frequentado 75% das aulas da disciplina. Para assegurar a qualidade da formação do professor egresso do Curso Normal Superior, este Conselho recomenda que seja garantido o domínio por parte do professor dos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento que terá de lecionar, transformando tal domínio num pré-requisito para as disciplinas que tratam das questões teórico-metodológicas relativas a cada uma dessas áreas.

Considerando, portanto, que o projeto de curso está de acordo com os princípios que norteiam a legislação em vigor; que a formação de professores em nível superior é fundamental para elevar a qualidade do ensino na Educação Infantil e séries iniciais do ensino fundamental conforme sugerem as pesquisas nacionais e internacionais; que nesses níveis de ensino ainda existem percentuais significativos de professores sem essa formação, sobretudo nas redes municipais de ensino; e que a Autarquia Municipal de Ensino Superior de Goiana propõe-se a reavaliar constantemente a qualidade da proposta pedagógica do curso de modo a aperfeiçoá-la, constituindo para tal uma comissão permanente de avaliação composta por professores titulares do Instituto Superior de Educação e assessorada por três especialistas externos, somos de parecer favorável à autorização do Curso Normal Superior e credenciamento do Instituto Superior de Goiana nos termos em que a proposta foi submetida à apreciação deste Conselho.

III - VOTO:

Face ao exposto, fica autorizado o funcionamento do Curso Normal Superior com duas habilitações: uma para atuar no Ensino Fundamental e 1ª a 4ª séries, e outra para atuar na Educação Infantil, ficando por consequência credenciado o Instituto Superior de Educação de Goiana nos termos da legislação em vigor na data de aprovação do Parecer pelo Plenário. O prazo de credenciamento do Instituto Superior de Educação de Goiana é de cinco anos, e o de autorização do Curso Normal Superior é de três anos com base na Resolução CEE/PE nº 01/2004. Esse é o voto.

IV - CONCLUSÃO DA CÂMARA:

A Câmara de Educação Superior acompanha o Voto da Relatora e encaminha o presente Parecer à apreciação do Plenário.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 2004.

ARTHUR RIBEIRO DE SENNA FILHO - Presidente
LÚCIA MARIA LINS BROWNE RÊGO - Relatora
ANTÔNIO INOCÊNCIO LIMA
LÚCIA CARVALHO PINTO DE MELO
MARIA LUZINETE DE LEMOS BEZERRA
NELLY MEDEIROS DE CARVALHO

V - DECISÃO DO PLENÁRIO:

O Plenário do Conselho Estadual de Educação de Pernambuco decide aprovar o presente Parecer nos termos do Voto da Relatora.

Sala das Sessões Plenárias, em 24 de maio de 2004.

ANTÔNIO INOCÊNCIO LIMA
Presidente

Alc.